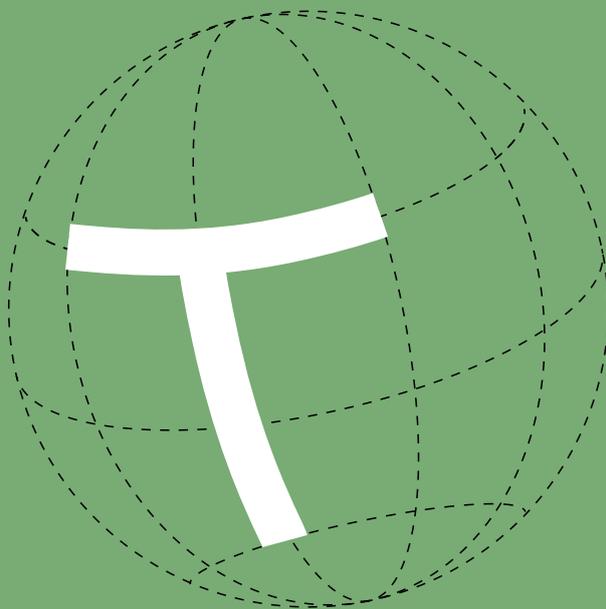


TERRITÓRIOS EM CONFLITO 
INTRODUÇÃO

Alfonso Dubois Migoya



Este material foi extraído da publicação digital *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, da coleção Rede Gernika.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019
Artekalea, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo
Tel.: 946 25 35 58
Correio eletrónico: info@gernikagogoratuz.org
<http://www.gernikagogoratuz.org>

O

INTRODUÇÃO

Alfonso Dubois Migoya

Alfonso Dubois Migoya é professor aposentado de Economia Internacional e Economia do Desenvolvimento na Universidade do País Basco (UPV/EHU). Foi presidente do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional Hegoa de 1996 a 2010. Sua atividade está ligada à cooperação internacional para o desenvolvimento. Seus trabalhos de pesquisa e publicações concentram-se nas questões de desenvolvimento humano, pobreza, cooperação para o desenvolvimento, teorias do desenvolvimento e desigualdade. Prêmio do Governo Basco à Pessoa Basca Cooperante, 2007.

Este livro forma parte do projeto «Territórios em conflito: investigação, formação e ação para o reforço de capacitação e a construção de alternativas de vida», o qual propõe estudar o impacto dos factores transnacionais em três territórios nos quais a capacidade de determinação autónoma do seu futuro se vê ameaçada pela atuação de atores externos. Além do mais propõe, nos mesmos, o modo de como impulsionar o reforço das capacidades existentes para que seja possível a definição e construção de alternativas próprias.

A realização do projecto é o resultado de uma iniciativa de Gernika Gogoratuz e Gernikatik Mundura, em colaboração com a Universidade de Tolima (Colombia), o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra (Portugal), WLSA Moçambique e a Universidade do País Basco/Euskal Herriko Unibertsitatea, para analisar a situação em três territórios —Cabo Delgado, em Moçambique; Tolima, em Colombia, e Urdaibai, no País Basco— onde se produz um cenário de conflito, expresso de distintas maneiras entre, as reivindicações populares e as pretensões de interesses externos.

Expomos nas páginas seguintes as abordagens teóricas que se consideram idóneas para abordar os objetivos destacados: a) conhecer a incidência dos factores transnacionais, especialmente das empresas, nos processos de construção dos projectos próprios a cada sociedade local; b) descrever e avaliar os processos colectivos críticos que promovam soluções alternativas para o território assentes numa base de sustentabilidade e de justiça social.

A finalidade não é tanto pretender resultados universais, senão tirar algumas conclusões dos estudos realizados em cada contexto. Salientamos também que não se trata, como é habitual neste tipo de projectos, de fazer uma análise comparativa, senão de reunir as considerações que possam surgir ao verificarem-se situações diferenciadas, mas com a característica idêntica de tratar-se de uma ameaça à autonomia local.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Esta forma particular de análise requer acordarem-se os procedimentos ou método de investigação a utilizar. A proposta do projecto definia quatro eixos específicos: 1) o acesso à terra, 2) as desigualdades de género, 3) a sustentabilidade e 4) a identidade cultural. Tudo isto dentro do âmbito de referência às capacidades colectivas de cada sociedade para assegurar a possibilidade de criar projectos próprios e alternativos.

As diversas equipas de trabalho realizaram várias reuniões para aproximar posições e convergir nas abordagens teóricas a aplicar nos estudos e acordar as seguintes linhas de investigação:

- Estudar as formas específicas de pressão que põem em jogo as empresas transnacionais (ou, de uma forma genérica, as distintas instâncias que defendem os interesses transnacionais frente às administrações locais) sobre o território.
- Identificar as respostas dos movimentos sociais e organizações não públicas, e analisar as suas forças e debilidades, assim como as suas capacidades críticas e criativas de alternativas.
- Conhecer a atuação dos poderes públicos locais e estatais, com especial atenção aos problemas de representação dos diversos grupos e sectores na tomada de decisões.
- Expôr as repercursões da ação dos factores transnacionais nas formas de vida da população. Apesar de que estes foram os objetivos estabelecidos para os três estudos admitia-se que, para além, cada um tivesse objetivos particulares em função às características especiais do território e à presença exterior.

ABORDAGENS E EIXOS METODOLÓGICOS CENTRAIS

A metodologia é necessária para não resultar num conjunto de informações dispersas que não são susceptíveis de análise e sistematização. Além de que uma referência metodológica comum é imprescindível para estabelecer o diálogo entre os diferentes grupos de investigação. Escolher o enquadramento teórico e metodológico é, assim, uma questão fundamental. No nosso caso, propomos um enquadramento com capacidade para abordar os factores e as dinâmicas onde as sociedades locais definem e pretendem realizar os seus objetivos como um conjunto. Decidir quais são as ferramentas teóricas a utilizar tem consequências relevantes, uma vez que conforme as que forem adoptadas, serão muito diferentes as conclusões das investigações. Optar por um ou por

O. INTRODUÇÃO

outro enquadramento será decisivo para identificar os problemas que se consideram fundamentais, para definir os critérios com os que se avaliam os resultados, ou para destacar os sujeitos ou agentes considerados como os atores principais ou protagonistas, etc.

No caso da nossa investigação, a dificuldade em dispôr desse enquadramento torna-se particularmente complexa ao trabalhar sobre realidades geográficas e culturais muito diversas e também porque participam grupos de trabalho compostos por pessoas de formações académicas plurais e outras com um perfil mais activo ou pragmático. Por este motivo, torna-se imprescindível dispôr de um enquadramento que permita articular-se numa linguagem e reflexão compartilhadas, sem ser único.

Ao enfrentar este desafio metodológico, considerámos duas referências básicas. Em primeiro lugar, que não houvesse uma metodologia neutra, pelo menos no que respeite às ciências sociais. Anteriormente a qualquer opção metodológica existe uma prévia análise teórica e legislativa. A nossa proposta tenta compreender os acontecimentos, mas quer fazer a leitura a partir de uma determinada visão do que considera que deve de ser a sociedade; e quer oferecer instrumentos para poder orientar a transformação numa determinada direcção. Não interessa analisar a metodologia sem partir dessa dimensão legislativa.

Em segundo lugar, não podemos pensar na metodologia como um problema de índole abstracta, à margem do tempo e do lugar. Pelo contrário, conserva uma relação directa e estreita com o contexto, uma vez que deve ser capaz de responder às questões que levanta a realidade. A metodologia alimenta-se de e enfrenta-se aos problemas que apresenta essa realidade. São uma referência do nosso tempo os complexos e múltiplos processos de transformação que sucedem, pelo que põe em questão muitas categorias teóricas e metodologias de análise que resultam inoperantes frente aos novos desafios emergentes. Por isso, a metodologia deve ser capaz de identificar as novas perguntas que surgem e de propôr as categorias necessárias para as analisar e estabelecer respostas.

Neste contexto, incluem-se quatro dimensões nas características principais da metodologia proposta: a) a dimensão legislativa; b) a dimensão de transformação; c) a dimensão colectiva; e, d) a dimensão cognitiva ou da complexidade do conhecimento. Estas quatro dimensões convertem-se em referências ou eixos centrais atribuindo uma identidade diferenciada à que consideramos ser a metodologia. Preten-

demos elaborar uma metodologia que apresente uma proposta alternativa que aborde a dimensão legislativa; que se disponha a enfrentar a transformação como um desafio; que estabeleça a sua preferência na agência ou na atuação colectiva; e que seja consciente das dificuldades que implica o conhecimento nos tempos atuais, evitando as propostas lineares ou automáticas.

Este livro *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida* foi escrito nesta abordagem, o qual pretende oferecer um panorama das questões cruciais para desenvolver a investigação desejada. Não ser tanto um compêndio de respostas, senão identificar as perguntas, ordenar os temas segundo prioridades e procurar espaços comuns onde discutir os problemas que se gerem.

A DIMENSÃO LEGISLATIVA DO BEM-ESTAR OU DA BOA VIDA

O cerne da dimensão legislativa é avaliar se a definição do futuro pretendida responde a um mundo mais justo, diverso, habitável e digno para todas as pessoas. A necessidade de cada sociedade em definir como entende o seu projecto de boa-vida é uma parte constituinte da sua própria razão de ser. Sem essa definição, não existe sociedade como tal. Ao longo da história uma das características de vida colectiva é a contínua discussão entre os diversos interesses sobre os quais devem ser os objetivos prioritários. Mas esta constatação teve especiais conotações em determinados momentos chave. Atualmente encontramos-nos num cenário caracterizado por sofrer uma série de processos de transformação de grande magnitude e complexidade, que cria desafios para aqueles cujas respostas se revestem de uma grande complexidade e de grande incerteza. Perguntarmo-nos sobre o futuro não se trata mais de uma questão abstracta, senão de que surge e inscreve-se neste momento histórico e respondendo com novas categorias capazes de entender os acontecimentos e de propôr soluções.

Assim, a transformação disruptiva e contínua é a nova referência. Como enfrentar? Eliminamos as respostas insípidas que se conformem em atribuir os problemas como a um «mau funcionamento» e partimos do princípio que devemos «fazer outra coisa», que devemos dar uma resposta alternativa se quisermos construir um mundo habitável e justo. Não se trata de encontrar respostas que ofereçam, sem mais, determinadas soluções a problemas específicos, senão de apresentar

O. INTRODUÇÃO

propostas que, ao considerar a nova realidade do mundo, conduzem a uma sociedade mais justa. Como dizia Marina Garcés, o que está em jogo é o sentido próprio da dignidade e da liberdade humana na sua condição de universais recíprocos a elaborar de maneira partilhada.¹ Esta investigação não pode realizar-se de forma neutra, requer uma referência ética.

Pensar na alternativa é uma tarefa ambiciosa, comprometida e marcada pelo contexto. O alternativo não é o desenvolvimento atemporal de determinados princípios, senão a proposta do presente e do futuro que cada sociedade elabora a partir dessa preocupação em encontrar respostas nesta conjuntura. O alternativo não surge por casualidade, apenas se produzirá se essa sociedade o definir, o projectar e o proposer. Pensar no alternativo implica determinar a direcção projectada para essa sociedade.

Cada sociedade tem que enfrentar este processo de deliberação e definição, a partir dos seus valores, da sua história, da sua gente, dos seus recursos e das suas instituições. Não existe, nem pode haver, uma única visão do futuro igual a todas as sociedades. O cenário pensado como desejável deve ser antes um no qual se concebe a convivência pacífica e criativa das distintas concepções do que se entende como bem-estar ou boa vida. Nos três territórios de Cabo Delgado, Tolima e Urdaibai deve ficar explícito que as diferentes propostas apresentam-se como valiosas para unificar a comunidade.

Não existem apenas distintas visões segundo as sociedades senão que, dentro de cada sociedade, coexistem distintas propostas. Não existe uma objetividade neutra e abstracta. Amartya Sen propõe a «objetividade posicional», a qual ressalta que os juízos de valor feitos a partir de posições sociais particulares têm um significado epistemológico. Isto é, são objetividades distintas, o que supõe não tanto defender o relativismo e negar que determinados valores podem ser partilhados de forma ampla, senão ressaltar que a objetividade não deve vincular-se de maneira directa e férrea à universalidade. Deve entender que nos juízos de valor existem «objetividades posicionais» ou «contextuais», que valorizam uma relação desde o ponto de vista da pessoa, o que supõe que existe uma solicitude legislativa na pessoa que sente, pensa ou deseja de determinada maneira. Cada perspectiva de avaliação deve ser sensível a certo tipo de informação sobre o que avalia e ser insensível a outras. A defesa de uma determinada objetividade como universal esconde a pretensão de legitimar a objetividade dos interesses dominantes

1. Marina Garcés; *Nueva ilustración radical*, 2018.

como a única possível. Pelo contrário, o reconhecimento da existência de «objetividades posicionais» põe em relevo o significado epistemológico dos juízos de valor constituídos a partir de posições sociais particulares. Segundo quem e como se tenham decidido os conteúdos que devem inevitavelmente formar parte do bem-estar das pessoas, todas as pessoas disfarçarão ou não do bem-estar que realmente considerem valioso. Se se excluir pessoas ou grupos dessa deliberação, supõe limitar a sua capacidade de escolher livremente o bem-estar que desejam ou consideram valioso.

Com esta afirmação não se está a negar a existência de categorias comuns que, dentro da diversidade e após um processo de diálogo e deliberação, se reconhecem como fundamentais para avaliar se cada intensão se qualifica como alternativa e/ou justa. Isto é, nem tudo vale, pelo que não se pode evitar a grande questão da avaliação legislativa. E neste contexto necessitamos de um quadro de regras. É neste contexto onde joga um papel nuclear uma visão autenticamente democrática, entendida como o conjunto de instituições que pretendem utilizar a informação das diferentes posições para fins partilhados. Aqui inscrevem-se as considerações feministas cujas concepções do bem-estar são distintas das dominantes patriarcais. Isto supõe dispôr de instituições que ajudam a dar voz e poder a todos os grupos: partindo das interações críticas de perspectivas locais de cidadania de todos os estados sociais.

CONVERGÊNCIA DE VISÕES

A adopção de um marco de regras converte-se num elemento essencial do projecto. Mas, assim como não existe uma visão única de como se deve figurar o futuro desejável e viável, também não se deve pensar num único marco universal válido para qualquer tempo e lugar. Não obstante, estamos obrigados a dispôr de uma referência legislativa. Esta foi uma das questões centrais na reflexão realizada entre as equipas de investigação. Por um lado o grupo da UPV/EHU tem vindo há vários anos a desenvolver a abordagem da capacitação com a proposta do desenvolvimento humano local sustentável. Por outro lado, a equipa do Centro de Estudos Sociais parte da abordagem das epistemologias do Sul, a qual defende diálogos horizontais e solidários entre os conhecimentos existentes no mundo relativamente à procura da maximização de justiça para todas e todos, sem excepção, em harmonia com a

O. INTRODUÇÃO

natureza e todas as demais manifestações de vida. Isto é, assume-se uma narrativa de esperança, que parte da não conformidade com um mero exercício crítico sem propôr a construção de alternativas.

A posição dos diferentes grupos é encontrar os espaços comuns onde ambas propostas se reúnem e se enriqueçam mutuamente. Abre-se o debate sobre quais são os elementos de análise da abordagem das capacidades e/ou desenvolvimento humano sustentável idôneos capazes de construir parte dessas categorias comuns. Expresso sob forma de pergunta, consiste em verificar se é possível considerar uma proposta conceptual a partir da proposta de desenvolvimento humano sustentável compatível com as correntes de boa vida e de outras concepções.

Um prévio esclarecimento terminológico sobre a utilização da denominação do desenvolvimento humano. O ponto de partida é a revisão crítica do próprio conceito de desenvolvimento, assumindo-se que o que se propõe com este término é o processo de transformação colectiva que cada sociedade empreende para construir o futuro desejável e viável que tenha considerado como valioso. Abrange, portanto, todas as dimensões da vida humana, incluindo a sua envolvente natural; não só não se limita ao económico, como que as dimensões do social, do político, do cultural, do ecológico e da ética são fundamentais. Insiste-se particularmente na visão colectiva deste processo, a qual inclui as transformações territoriais e as capacidades dos distintos atores, agentes e instituições presentes nesses territórios.

Para além, a referência ao desenvolvimento humano não deve ser entendida como a adopção das propostas do Programa de Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD), referidas nos seus respectivos relatórios anuais publicados desde 1990. Ainda mais, que existe uma posição crítica face a esses estatutos oficiais que, em muitos dos casos, constituem uma leitura parcial das potencialidades que oferece a abordagem das capacidades. Assim como também não se pode dizer que a abordagem das capacidades tem uma versão canónica; ao contrário, realizou-se um desdobramento do mesmo em distintas direcções que deve ser considerado.

A nossa visão assume uma posição igualmente crítica das versões convencionais quanto à abordagem das capacidades que se limita às capacidades individuais e a considerar de maneira instrumental as estruturas e instituições sociais. A agência das pessoas não pode afastar-se das estruturas sociais, dos valores comuns do grupo ou dos acordos e âmbitos que a rodeiam. A abordagem das capacidades, entendida nesta dimensão colectiva, pode funcionar como uma linguagem comum

onde cada sociedade, por mais distinta que seja, através da qual se sente suficientemente cómoda para apresentar os seus objetivos de futuro colectivos. A ideia central é que a referência para avaliar se a sociedade funciona de acordo aos princípios de equidade ou justiça consiste em conseguir que tanto as pessoas como as instituições e organizações adquirem capacidades concretas que lhes permitam escolher e moldar ativamente uma maneira de viver conforme ao que valorizam e aspiram atingir.

Do referido deduzem-se dois argumentos importantes para afirmar a idoneidade do âmbito da abordagem para avaliar as distintas propostas, sem uniformizá-las exigindo uns conteúdos universais. Em primeiro lugar, seja qual seja o conteúdo da forma de vida que se considere valiosa, esta última tem um conteúdo multidimensional, que supõe alcançar êxitos em diferentes campos da vida dos seres humanos. Em segundo lugar, para além dos êxitos concretos que se consigam, é fundamental o processo estabelecido para os definir e os realizar. Apenas será válido se se realizou a partir da autonomia, pessoal e colectiva, para escolher, decidir e participar ativamente no projecto e no desenvolvimento dos contornos das suas próprias vidas. Neste sentido, a diversidade é parte essencial da abordagem uma vez que quando se falam de capacidades, se supõe que se produzem processos próprios de decisão.

Consequentemente, reconhecer o marco de regras das capacidades não significa defender um conteúdo único das capacidades consideradas prioritárias. Não existe uma referência para determinar o que é valioso, senão que cada cultura deverá especificar os critérios com os quais realiza essa avaliação. Considerando por base esta dimensão colectiva, o cerne encontra-se na capacidade de cada sociedade em definir e desenvolver o seu futuro, o que supõe um processo colectivo em função. Em conclusão, a proposta feita do bem-estar é que o processo das dimensões colectivas da sociedade seja fundamental. Por outras palavras, não existe desenvolvimento se não existir a capacidade de implementar um processo colectivo. Estamos condenados a enfrentar e a conviver com diferentes visões do bem-estar, distintas valorizações do que é a boa-vida, e a procurar plataformas comuns que permitam que essa convivência seja frutífera e positiva.

Os estudos de campo devem centrar-se nas componentes sociais (colectivas), inseparáveis do bem-estar individual, e na análise dinâmica das relações sociais e das instituições que têm lugar nos territórios, para ver a capacidade de cada sociedade local em implementar as suas propostas de futuro face aos grandes planos de desenvolvimento previs-

O. INTRODUÇÃO

tos. Não se trata de considerar umas capacidades em abstracto, entendidas desde uma visão neutra ou técnica. Trata-se de fortalecer aquelas capacidades consideradas valiosas, isto é, trata-se de valorizar as ações humanas de acordo a determinados fins. Trata-se de uma proposição legislativa, não neutra, que contenha um «deve ser», sem ser imposto desde fora nem pré-determinado senão constituída por um processo de definição, pessoal e colectivo, de quais são as capacidades valiosas. Esta definição não é uma mera declaração programática, é um apelo à ação com uma dimensão política. A mesma definição das capacidades valiosas como critérios para estabelecer os objetivos e avaliar os resultados, implica o seu entendimento como categorias «práticas», operativas.

AS PROPOSTAS DE PRÁXIS PARA A ALTERNATIVA

Não deve limitar-se a uma mera apresentação do marco de regras, senão de oferecer propostas de práxis para construir o futuro desejável e viável. Por isso, é necessário desenvolver e analisar os fundamentos teóricos que sejam capazes de orientar essa práxis. Como se podem projectar ações de transformação para que as pessoas possam disfrutar de certas capacidades valiosas?

Para conduzir esta prática identificam-se as seguintes direcções que se deduzem tanto a partir das epistemologias do sul como da abordagem das capacidades. Não se pretende uma lista fechada, senão destacar as que aparecem como centrais na construção da alternativa.

1. Trabalhar na criação das condições que formem uma envolvente favorável ao desenvolvimento de capacidades individuais e colectivas para que cada sociedade local tenha a capacidade de projectar e empreender um projecto colectivo de integração e participação.
2. Criar espaços para o encontro das diferentes visões constituídas em cada território onde se reconhecem os interesses dos diferentes grupos. Para que as sociedades sejam realmente inclusivas é necessário construir espaços sociais de deliberação, isto é, implementar na prática canais e regras que permitam um debate colectivo em cada território. Não se pode implementar nenhum processo de transformação sem a participação ativa dos grupos vulneráveis, e para o efeito é fundamental: a) entender por que razão se produziu a exclusão e o desaproveitamento

- das suas capacidades, e b) identificar e potenciar alianças emergentes criativas e efectivas que lhes permitam autoavaliar as transformações mais benéficas nas suas trajetórias de vida, e incrementar a sua capacidade de incidência e negociação social.
3. Em particular, tomar como referência as propostas feministas sobre as novas relações de poder e o empoderamento. Devemos ter uma visão crítica quanto às regras do jogo que criam relações de poder desiguais nos distintos contextos. Para se realizar a participação efectiva dos grupos oprimidos, é necessário que tenham voz e capacidade de decisão na avaliação das normas sociais, na definição de critérios mais justos a partir das suas necessidades e interesses. Implica implementar uma alternativa à cidadania androcéntrica desde uma cidadania diferenciada de grupos oprimidos, particularmente desde as capacidades das mulheres constituídas como sujeitos políticos. A nova democratização deve reunir as vozes não representadas e construir canais que tornem possível a entrada das mulheres nos processos de eleição social, formando novas instituições, para além das propostas convencionais de mera cooptação em espaços definidos de acordo a valores e interesses patriarcais. Em conclusão, é necessário modificar as regras de jogo e os espaços de deliberação e decisão para lutar por uma democratização que permita às mulheres serem agentes impulsoras e criativas de um novo cenário de participação e de decisão.
 4. Enfrentar a complexidade e funcionar num âmbito de aprendizagem para a ação. A revolução da crescente inovação tecnológica abre realidades sociais que surpreendem e face às quais não resulta fácil saber qual é a resposta idónea. No caso concreto dos territórios, resulta um cenário novo onde existem diferentes níveis e escalas temporais e espaciais, de múltiplos centros decisivos relativamente autónomos, processos incoerentes e contradictórios, a presença de maneiras visíveis e ocultas dos processos de globalização, entre outras. Isto leva-nos a concluir que as dinâmicas actuais definem-se como processos complexos não lineares que desencadeiam reacções imprevisíveis e impredecíveis. A forma de intervir e influir na transformação implica uma aproximação aos atores, individuais e colectivos, sendo decisiva a interação com os atores e ir descobrindo os caminhos mais apropriados. Em cada lugar deve-se encontrar a melhor maneira de promover uma integração mais estreita entre

O. INTRODUÇÃO

análise e ação. Reconhecer esta afirmação implica funcionar num âmbito de aprendizagem para a ação. Para captar os novos desafios e as novas potencialidades devem-se abandonar as ideias preestabelecidas e assumir a flexibilidade.

A NECESSIDADE DE NOVAS NARRATIVAS

Necessitamos de uma metodologia que nos permita entender como devemos pensar e atuar. Por isso, muito mais importante que a própria intervenção é o processo de interação e de descobrimento. Para o efeito requer uma integração mais estreita de análise e de ação. Esta posição implica atribuir modelos mentais alternativos para abordar não apenas um problema de desenvolvimento individual mas um complexo, incerto e diverso conjunto de problemas interrelacionados. Reconhecer esta afirmação implica funcionar num âmbito de aprendizagem para a ação o qual põe em evidência a importância da criatividade, da aceitação e da comunicação com outras culturas e outros ritmos, assim como a reflexibilidade e a agilidade.

O processo de transformação é em si mesmo incerto e dependente do contexto. Para muitos problemas não existem soluções claras, e, muito menos, generalizadas. Desta visão de complexidade deduz-se que a forma de enfrentar o conhecimento e a intervenção exige dedicar a atenção principal nas unidades colectivas locais. As novas categorias, as que permitem abordar a complexidade, serão fruto da implementação de quadros de aprendizagem onde a colaboração, a aproximação a outras mentalidades, a interação entre atores e os consensos ou acordos básicos que formam parte de um processo a longo prazo, sempre inacabado. Estas características encontram mais probabilidades de se concretizar em cenários de sociedades coesas com fins e objetivos comuns. A proposta de uma transformação radical requer considerar o funcionamento da sociedade no seu conjunto.

Uma metodologia com estas pretensões necessita de um discurso, de uma narrativa. Implica um projecto para além da lógica racional e supõe elaborar um discurso capaz de dar coerência a todas as intervenções e, sobretudo, atrair, convencer, motivar e ilusionar aos agentes fundamentais da transformação que são as pessoas. Como dizia Marina Garcés: «Vivemos na ausência de relatos». Vivemos um presente sem narração nem direcção, sempre ameaçado pela ideia de ruptura, de catástrofe, de interrupção. Não existe outro remédio senão construir

um relato novo e alternativo em múltiplos campos. Não se trata de criar um discurso ideal, mas que possa servir para pré-figurar o alternativo e para motivar a transformação. Não se trata de oferecer uma teoria conclusiva e integral que sem mais dê sentido à transformação: o sentido da vida não é tanto uma proposição senão uma prática, uma certa forma de vida. Não é uma solução a um problema, senão um certo modo de viver. Não é um discurso metafísico, senão ético.

Uma observação central de como a sociedade ocidental produz a sua «verdade» é que esta baseia-se no discurso científico e nas instituições que a produzem. Para analisar a lógica implícita nessa ordem social devemos perguntar-nos qual é a relação que existe entre a ciência e a lógica do poder que o caracteriza. Esta forma redutora de entender a sociedade, que conhecemos como positivismo, não só exclui a dimensão emocional do ser humano, senão também a própria complexidade das interações que compõem o universo em geral.

Considerar que as emoções não fazem parte do processo de conhecimento levou a que não formasse parte das metodologias que se propunham, o que impediu de analisar-se a natureza completa das relações e a complexidade do comportamento humano. Mas as emoções são um elemento generalizado da vida social e individual e que constituem forças políticas importantes.

O futuro que previa a ilustração foi concebido de acordo à convicção de que o indivíduo pode conceber-se à margem da comunidade, e que a razão pode existir à margem da emoção; que quanto mais isolada está uma pessoa, menos necessita vincular-se com uma comunidade para sentir-se segura, e que quanto mais utiliza a razão para relacionar-se com o mundo, menos utiliza a emoção. Esta convicção está baseada numa fantasia, a fantasia da individualidade.²

As abordagens de interpretação feministas, conjuntamente com outras, criticaram essa visão e propõem que a investigação possa ser válida e profunda apesar de involucrar fenómenos não visíveis, e inclusive se os resultados não podem ser medidos nem validados empiricamente. Também destacam a importância da análise dos processos de representação, como representações visuais das emoções e a forma na qual se configuram as percepções políticas e dinâmicas; o que leva a considerar formas alternativas de conhecimento.

Queremos construir, participar no projecto e execução de novas sociedades, e nem sempre temos as palavras apropriadas para expressar

2. Almudena Hernando; *La fantasía de la individualidad. Sobre la construcción socio-histórica del sujeto moderno*. Katz, Buenos Aires, 2012.

O. INTRODUÇÃO

uma opinião sobre os novos problemas. Por isso, necessitamos encontrar a linguagem que nos permita descrever a nova situação. Necessitamos de uma linguagem que considere os novos significados. Isto é, nos obriga a ser criativos. Devemos seguir imaginando novas categorias e novos instrumentos que permitam ir reflectindo esse futuro desejável. Devemos saber integrar outros pensamentos e não ficar fechados numa pequena redoma que utiliza determinados parâmetros particulares e uma linguagem que nos pode afastar da pretensão de alcançar a hegemonia necessária para poder liderar a transformação.

É necessário estabelecer discursos eficazes e reais, não oportunistas e fáceis. Não é uma tarefa cómoda nem simples. Preguntava-se Hannah Arendt: por quê é que é tão difícil amar o mundo?, não tanto como um sentimento, senão como um entendimento. Não é algo reconfortante, é um desafio. Não existem respostas a estas perguntas na forma que desejaríamos. Amar o mundo significa ser cidadãos sentipensantes e comprometidos.

Não existe outro remédio senão construir um relato novo e alternativo em múltiplos campos. O que acontece quando a evidência e os argumentos não são suficientes? Necessitamos do discurso, necessitamos de histórias poderosas que ressoem, que nos façam pensar em nós como parte de um nós maior. Fazer um relato é um modo de resistir ao silêncio. Quando os grupos marginais se unem ao relato, a exposição das suas experiências começa a ganhar forma; apelando à sua autoridade como constructores de um relato, articulando a sua própria ética desde a experiência, podem assinalar as falhas das narrativas dominantes, permitindo assim emergir uma nova narrativa.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Como se pode verificar no índice, o livro compõe-se de seis capítulos. Apesar de que cada um tenha a sua própria personalidade, são todos abordados com uma estrutura similar. Começam com uma introdução que apresenta o conteúdo e que se explica em três secções: a) conceitos ou categorias teóricas; b) quadros de análises; e, c) recursos.

Na primeira, expõem-se os conceitos chave com os que se propõe abordar o tema: quais são esses conceitos ou categorias?, como se definem cada um deles? É uma secção principal que marca o desenvolvimento posterior da investigação. Mesmo assim, é aqui onde devemos especificar e precisar o conteúdo legislativo da metodologia. Cada con-

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

ceito não é entendido de maneira neutra, senão que deve integrar a pretensão de transformação alternativa e de exigência de justiça.

Na segunda, os quadros de análises, tratam de explicar como são postos em jogo os anteriores conceitos e como se capta a realidade dos agentes em ação. Podemos dizer que é a visão dinâmica. O seu objetivo é reunir elementos para entender a transformação e os processos críticos de construção das novas realidades. Para o efeito, deverá estabelecer quais são as relações principais, as que estipulam o devenir, e quais são os processos protagonistas. Também, a descrição do contexto onde se produzem essas relações e processos é um elemento importante. A análise das relações de poder será uma questão central.

Na terceira, os recursos, completa-se a informação apresentando referências para melhorar ou ampliar os conteúdos de cada apartado. Para além da bibliografia, em alguns casos comentada, contem informação sobre websites que resultam de particular interesse.